

**19. CONTRATAÇÃO: “EU JÁ PASSO AQUI” CONCURSO PÚBLICO POR LOTES - PROPOSTA DE ADITAMENTO AO RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO: CPE.23.21.DMOSM:**

Submete-se para aprovação do Executivo Municipal, proposta de aditamento de retificação ao relatório final de análise e avaliação das propostas, retificando-se o valor da adjudicação correspondente ao lote 2. Propõe-se ainda a retificação e aprovação da minuta do contrato, correspondente à adjudicação ao lote 2.

Tem informação circunstanciada da DMOSM.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,

2021/11/08

Remeta-se à Sr.<sup>a</sup> Diretora.

O Diretor do DOM,

08/11/2021

Despacho:

*A. S. do Estor*

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

21/11/08

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

CONCURSO PÚBLICO POR LOTES: CPE.23.21. DMOSM

CONTRATAÇÃO: "EU JÁ PASSO AQUI".

LOTE	PREÇO BASE	PRAZO MÁXIMO EXECUÇÃO
LOTE 1 – Largo do Pópulo e Praça do Município	876.344,85 €	150 dias
LOTE 2 – Rua do Comendador Santos da Cunha e outras..	924.624,77 €	150 dias
LOTE 3 - Rua Conselheiro Januários e outras...	483.228,04 €	150 dias
LOTE 4 – Rua Martins Sarmiento e outras...	732.396,92 €	150 dias
LOTE 5 – Rua do Fajal e outras...	770.646,43 €	150 dias
LOTE 6 – Rua António Mariz e Av. Dr. António Palha	1.219.497,79 €	180 dias

## Aditamento ao Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

I – RETIFICAÇÃO DO VALOR DA PROPOSTA CORRESPONDENTE À  
ADJUDICAÇÃO DO LOTE 2

No âmbito do concurso público por Lotes (6 lotes), destinado à formação dos contratos de empreitada, designada por “EU JÁ PASSO AQUI”, foi aprovado por deliberação da Câmara de 13/09/2021, o teor do Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas e consequentemente foi aprovada a adjudicação dos Lotes 1, 2, 4, 5 e 6 da presente empreitada.

Após adjudicação dos vários lotes, na fase da apresentação dos documentos de habilitação, verificou-se que a adjudicação correspondente ao Lote 2, foi efetuada por um valor de **€826.628,54**, o qual não correspondia ao valor da Lista de preços unitários, apresentada pela referida empresa, para o Lote 2, sendo o valor correto de **823.628,22€**. Assim, verificada a incongruência existente, procedeu-se à retificação do Relatório Preliminar, por aditamento ao mesmo, sendo o aditamento ao Relatório Preliminar enviado para conhecimento do Executivo Municipal no dia 13/10/2021. No dia 22/10/2022 foram notificados todos os concorrentes do referido aditamento, para querendo se pronunciarem ao abrigo do direito de audiência prévia, tendo como resultado a inexistência de qualquer pronúncia.

Na sequência da retificação do valor da adjudicação correspondente ao lote 2, no Relatório Preliminar, propõe-se a respetiva retificação do Relatório Final, pela presente adenda ao mesmo, corrigindo-se o preço da proposta apresentada pela empresa Alexandre Barbosa Borges, S.A, indicado na tabela do Ponto III (Ordenação das Propostas), e no Ponto IV (Adjudicação e Formalidades), do Relatório Final, **correspondente à adjudicação do Lote 2.**

Assim, o valor de **€826.628,54**, anteriormente indicado nos referidos pontos, o qual não está coerente com o valor da Lista de preços unitários, apresentada pela referida empresa, será retificado, sendo o valor correto de **€823.628,22**, de acordo com a proposta apresentada.

Deve ser ainda referido que a retificação do valor da proposta não altera a classificação e ordenação das propostas.

Assim, propõe-se a adjudicação correspondente ao Lote 2, nos seguintes termos:

<i>Lote 2</i>	<i>Preço da Proposta</i>	<i>Ordenação</i>
<b>ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.</b>	<b>€823.628,22</b>	<b>1.º</b>

• **LOTE N.º 2** (Rua do Comendador Santos da Cunha; Rua dos Bombeiros Voluntários; Rua do Comendador Santos da Cunha; Rua Pedro Magalhães Gondavo; Rua D. Diogo de Teive; Rua 25 de Abril, Rua Sá de Miranda; Rua Marcelino Sá Pires) – “Pelo facto do concorrente ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€823.628,22**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 150 dias”.

I.I. Nestes termos, propõe-se a aprovação do presente Aditamento de Retificação ao Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas, retificando-se o valor da adjudicação correspondente ao Lote 2. Propõe-se ainda a retificação e aprovação da minuta do contrato, correspondente à adjudicação do Lote 2.

Braga, 8 de novembro de 2021

O Júri do Procedimento

**MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.23.21.DMOSM****“EU JÁ PASSO AQUI – LOTE 2”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA** com sede no Lugar de Martim de Além, Martim, 4755-307 pessoa coletiva n.º 500 553 408, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

**Considerando que:**

- a) Por decisão da Câmara Municipal, de 08 de julho de 2021, , o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.23.21.DMOSM**, destinado à contratação de empreitadas de obras públicas por lotes, compreendendo **6 Lotes**, tendo por objeto a empreitada “**EU JÁ PASSO AQUI**”, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa respeitante ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07010305, de acordo com a informação de cabimento n.º 60399, de 26/05/2021, e a informação de compromisso n.º 76127, de 09/09/2021 e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da referida informação de compromisso, sendo a repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 22 de dezembro de 2020;
- c) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal, de 09 de setembro 2021, o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra de “**EU JÁ PASSO AQUI**”, correspondente ao **Lote 2** do referenciado procedimento, e aprovou a minuta do presente

contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*; \_\_\_\_\_

d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato; \_\_\_\_\_

e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.** \_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**  
**(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_ 1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"EU JÁ PASSO AQUI"**, correspondente ao **Lote 2**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patentado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. \_\_\_\_\_

**Artigo 2.º**  
**(Local da obra)**

\_\_\_\_\_ Os trabalhos da empreitada serão executados em **Rua Comendador Santos da Cunha, Rua dos Bombeiros Voluntários, Rua Pedro Magalhães Gondavo, Rua D. Diogo de Teive; Rua 25 de Abril, Rua Sá de Miranda; Rua Marcelino Sá de Miranda, Rua Marcelino Sá Pires**, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). \_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**  
**(Preço contratual)**

\_\_\_\_\_ O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€823.628,22 (oitocentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e oito euros e vinte e dois cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. \_\_\_\_\_

**Artigo 4.º**  
**(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas.\_\_\_\_\_

**Artigo 5.º**  
**(Revisão de preços)**

\_\_\_\_1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F16 – conservação de estradas**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

**Artigo 6.º**  
**(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **150 (cento e cinquenta) dias**, contados da data da consignação da obra, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

**Artigo 7.º**  
**(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro

integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 8.º**

##### **(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 9.º**

##### **(Subcontratação)**

\_\_\_\_1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido *Código*. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 10.º**

##### **(Caução)**

\_\_\_\_1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante ....., arquivada no respetivo processo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

**Artigo 11.º**  
**(Liberação da caução)**

\_\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

**Artigo 12.º**  
**(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O dono da obra designa **Ana Cristina Silva**, como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.\_\_\_\_\_

**Artigo 13.º**  
**(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@abborges.pt**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.\_\_\_\_\_

**Artigo 14.º**  
**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição,

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_

**Artigo 15.º**  
**(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 16.º**  
**(Foro competente)**

\_\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.\_\_\_\_\_

**Artigo 17.º**  
**(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_\_ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. \_\_\_\_\_

**Artigo 18.º****(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_\_ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. \_\_\_\_\_

**Artigo 19.º****(Vigência)**

\_\_\_\_\_ 1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura, produzindo todos os seus efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 3 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam, exceto quanto à obrigação de pagamento dos trabalhos a realizar entre a data da consignação e a data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas ou da sua recusa. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. No caso previsto na parte final do número anterior, os trabalhos já executados serão pagos ao empreiteiro, após aquela notificação desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. O prazo de pagamento dos trabalhos executados nos termos do n.º 1 do presente artigo conta-se a partir da notificação efetuada ao dono da obra pelo Tribunal de Contas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.** \_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

\_\_\_\_\_  
(.....)